

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº de 2012.
(Do Sr. Paes Landim-PTB/PI)

Solicita do Senhor Ministro de Estado da Educação informações sobre convênios celebrados entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Prefeitura Municipal de São João do Piauí.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Educação as seguintes informações:

1. Quais os convênios, com os seus respectivos valores, objetos e prazos de vigência, celebrados entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Prefeitura Municipal de São João do Piauí-PI, a partir do ano de 2005;
2. Quais as empresas contratadas para a execução de obras ou serviços objeto de convênios celebrados entre o FNDE e a Prefeitura Municipal de São João do Piauí-PI, a partir do ano de 2005;
3. Qual o montante de recursos já liberados pelo FNDE à Prefeitura Municipal de São João do Piauí, por convênio celebrado a partir de 2005;
4. Dos convênios celebrados entre o FNDE e a Prefeitura Municipal de São João do Piauí-PI, a partir do ano de 2005, e que ainda aguardam a liberação de recursos, qual o estágio de cada convênio, inclusive quanto a pendências de projetos

técnicos ou documentais, ou ainda quais foram extintos, sem execução do objeto.

JUSTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São João do Piauí tem uma série de convênios celebrados com órgãos do Governo Federal, cujas execuções têm apresentado um significativo atraso. À imprensa, a Prefeitura atribui os atrasos à eventual desídia dos Ministérios, que não estariam transferindo os recursos pactuados nos respectivos convênios.

Ademais, nos contratos celebrados entre a Prefeitura Municipal de São João do Piauí e determinadas empresas incumbidas da execução de obras objeto de convênios federais, há significativos indícios de irregularidades e malversação de recursos, que podem representar grave lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público.

Dessa forma, as informações ora requeridas se revestem de fundamental importância para subsidiar eventual representação a ser feita aos órgãos de controle, a fim de que se garanta a correta aplicação dos recursos públicos.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2012.

Deputado **PAES LANDIM**